



---

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR (ETP)**

**Fundamento Legal:** art. 6º, inciso XX, da Lei federal 14.133, de 01 de abril de 2021 (Lei de Licitações e Contratos Administrativos); art. 18, inciso I, § 1º, incisos I, IV, VI, VIII E XIII E § 2º da Lei Federal n. 14.133.

“Art. 6º Para os fins desta Lei, consideram-se:

(...);

XX - estudo técnico preliminar: documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base ao anteprojeto, ao termo de referência ou ao projeto básico a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação.”

**1. IDENTIFICAÇÃO DA NECESSIDADE**

1.1. Este estudo tem como objetivo informar acerca da necessidade de contratação de empresa especializada na prestação dos serviços descrito no objeto abaixo, em obediência aos princípios que regem a Administração pública, visando a garantia de desempenho das atividades administrativas e Legislativas da Câmara Municipal.

1.2. A contratação de empresa para a prestação de serviços que atende às demandas específicas da Câmara Municipal, em especial visa atender, de um modo geral, Contratação de empresa para a prestação de serviços do Programa de Gerenciamento de Risco Ocupacional (PGR), incluindo elaboração de laudo técnico de insalubridade e periculosidade (LIP); laudo técnico de condições ambientais de trabalho (LTCAT), e envio das informações relativas a saúde e segurança no trabalho por meio da plataforma do e-Social, S2240, para os vereadores e servidores inscritos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Servidores inscritos no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

**2. OBJETO E ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES PARA A CONTRATAÇÃO**

2.1. Contratação de empresa para a prestação de serviços do Programa de Gerenciamento de Risco Ocupacional (PGR), incluindo elaboração de laudo técnico de insalubridade e periculosidade (LIP); laudo técnico de condições ambientais de trabalho (LTCAT), e envio das informações relativas a saúde e segurança no trabalho por meio da plataforma do e-Social, S2240, para os vereadores e



servidores inscritos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS) e Servidores inscritos no Regime Próprio de Previdência Social (RPPS).

A estimativa da quantidade varia de acordo com o número de Vereadores e Servidores a serem atendidos, visando a adequação de questões relacionadas a Saúde e Segurança no Trabalho, levando em consideração o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.

### **3. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

CONSIDERANDO que o planejamento de compras deverá observar a expectativa de consumo anual, observados os valores praticados pelo mercado, mediante a comparação da despesa estimada com a prevista no orçamento.

3.1. O valor total estimado da contratação é de R\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), com base na prestação mensal dos serviços contratados pelo valor de R\$ 375,00 (trezentos e setenta e cinco reais)

### **4. JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA CONTRATAÇÃO**

4.1. Conforme o art. 47, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, o parcelamento não será aplicado, tendo em vista não ser tecnicamente viável e economicamente vantajoso para a administração, além de permitir:

- Economia de escala;
- Redução de custo para a administração de vários contratos

### **5. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO SOBRE A ADEQUAÇÃO DA CONTRATAÇÃO**

Este estudo evidencia a viabilidade técnica e necessidade da contratação.

Campos Borges/RS, 18 de agosto de 2025.

**Erica Juliana Toledo Buss**

Diretora Geral da Câmara